

CORREIO BRAZILIENSE

CPI pode levar Congresso a adiar prazo para emendas

Os prazos da revisão constitucional devem ser adiados mais uma vez para compatibilizar o início das votações das emendas com o final da CPI do Orçamento. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), admitiu ontem que o prazo de sete dias para a apresentação de emendas às propostas revisionais será dilatado por mais uma semana. Com isso, este prazo, que deve ser aberto amanhã com o final da impressão das 17 mil emendas, se estenderia até 4 de janeiro.

O relator terá então dez dias para a apresentação dos pareceres às emendas e o Congresso mais dois para a publicação destes pareceres, culminando com a data final da CPI, 17 de janeiro. "Poderemos iniciar as votações a partir do dia 19", afirma Inocên-

cio. Para dilatar o prazo de emendas é necessária a votação de um projeto de resolução pelo plenário do Congresso revisor, alterando o regimento. Já existe o projeto do deputado Wilson Muller (PDT-RS) prorrogando de sete para 30 dias, mas deverá ser rejeitado. "Deveremos dilatar o prazo por mais sete dias", afirma Inocêncio.

O presidente da Câmara pretende se encontrar com o presidente do Senado e do Congresso revisor, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ainda esta semana para acertar a convocação dos parlamentares para os trabalhos da revisão. Segundo Inocêncio, o decreto-legislativo 64, que trata da auto-convocação do Congresso, prevê o pagamento de **jetons** em qualquer situação. A vinda dos parlamentares nos me-

ses de janeiro e fevereiro, meses das férias escolares, é bastante prejudicada pela pressão familiar. O pagamento de um salário extra poderia ser um estímulo.

"Nós ainda estamos analisando a questão", afirma Inocêncio. "Mas se a convocação extraordinária for remunerada, teremos como cobrar a presença", pondera o presidente da Câmara, lembrando que o regimento interno exige o comparecimento a dois terços das sessões para o pagamento do **jeton**. "Acredito, entretanto, que teremos uma grande frequência em janeiro, com o final da CPI e o início das votações da revisão". Inocêncio voltou a admitir a prorrogação dos trabalhos da reforma, até mesmo depois de 2 de abril, prazo final para a desincompatibilização dos candidatos às eleições.